



**Região Autónoma
da Madeira**
Governo Regional



DPVP/DSAV

Divisão de Proteção Veterinária e Pecuária

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2016

Índice

INTRODUÇÃO	3
I. SAÚDE E BEM-ESTAR ANIMAL	5
1. COORDENAÇÃO, CONTROLO E EXECUÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS DE NATUREZA VETERINÁRIA PARA CONTROLO SANITÁRIO DOS ANIMAIS DE PRODUÇÃO, DE COMPANHIA E DE LAZER, NOMEADAMENTE O PISA.NET E O SIRA-RAM	5
1.1 PISA.NET	5
1.2 SIRA-RAM	6
2. EXECUÇÃO DOS PLANOS OFICIAIS DE CONTROLO RELATIVOS À SAÚDE ANIMAL E PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E DE LUTA CONTRA AS EPIZOOTIAS E AS DOENÇAS DE CARÁTER ZONÓTICO	9
2.1 PLANO DE VIGILÂNCIA DE GRIPE AVIÁRIA (PVGA)	9
2.2 PLANO NACIONAL DE CONTROLO DE SALMONELAS (PNCUM).....	10
2.3 ENCEFALOPATIAS ESPONGIFORMES TRANSMISSÍVEIS	11
2.4 PLANO DE CONTROLO E ERRADICAÇÃO DA DOENÇA DE AUJESZKY	12
2.5 PROFILAXIA DA RAIVA E OUTRAS ZOONOSES.....	12
3. LICENCIAMENTO SANITÁRIO E PARECERES TÉCNICOS SOBRE A CONSTRUÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES DE CRIAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO, ANIMAIS SELVAGENS, ESPETÁCULOS E EXPOSIÇÕES DE ANIMAIS, PARQUES ZOOLOGICOS, CENTROS DE ATENDIMENTO MÉDICO-VETERINÁRIO E DEMAIS ESTABELECIMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS A ANIMAIS DE COMPANHIA E EXÓTICOS	13
3.1 CENTROS DE ATENDIMENTO MÉDICO-VETERINÁRIO (CAMV)	13
3.2 ALOJAMENTO PARA HOSPEDAGEM DE ANIMAIS DE COMPANHIA	13
3.3 ANIMAIS SELVAGENS, ESPETÁCULOS E EXPOSIÇÕES DE ANIMAIS	14
3.4 PARQUES ZOOLOGICOS.....	14
4. CONTROLOS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL, RELATIVAMENTE A ANIMAIS DE INTERESSE PECUÁRIO, DE ESTIMAÇÃO, COMPANHIA E LAZER, SILVESTRES E SELVAGENS, DOS PARQUES ZOOLOGICOS E EM EVENTOS PÚBLICOS OU PRIVADOS EM QUE SE UTILIZEM ANIMAIS	15
4.1 PLANO DE PROTEÇÃO ANIMAL NOS LOCAIS DE CRIAÇÃO	15
4.2 CONTROLOS ALEATÓRIOS DE BEM-ESTAR ANIMAL DURANTE O TRANSPORTE RODOVIÁRIO	15
4.3 CONTROLOS ALEATÓRIOS DE BEM-ESTAR ANIMAL NO ABATE.....	16
4.4 PLANO DE PROTEÇÃO EM TRANSPORTE RODOVIÁRIO NOS LOCAIS DE DESTINO (MATADOUROS)	16
4.5 PLANO DE PROTEÇÃO EM TRANSPORTE MARÍTIMO	16
4.6 PLANO DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NO ABATE	17
5. CONTROLO HIGIOSANITÁRIO DA MOVIMENTAÇÃO, DA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE TRANSPORTE, DOS LOCAIS DE CONCENTRAÇÃO, DE APRESENTAÇÃO OU DE EXPOSIÇÃO DOS ANIMAIS E GARANTIR OS CONTROLOS VETERINÁRIOS DE ANIMAIS VIVOS, ALIMENTOS SIMPLES E COMPOSTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL, NO ÂMBITO DAS TROCAS INTRACOMUNITÁRIAS E DO MERCADO INTERNO	17
5.1 CONTROLOS NO COMÉRCIO INTRACOMUNITÁRIO DE ANIMAIS VIVOS	17

II. PRODUÇÃO PECUÁRIA	18
1. COORDENAÇÃO, CONTROLO E GARANTIA DO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS DE NATUREZA PECUÁRIA PARA CONTROLO ZOOTÉCNICO, IDENTIFICAÇÃO E REGISTO DOS ANIMAIS DE PRODUÇÃO, DESIGNADAMENTE O IDIGITAL/SNIRA	18
1.1 IDENTIFICAÇÃO DE BOVINOS, PEQUENOS RUMINANTES E SUÍNOS	18
2. COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE MELHORAMENTO ANIMAL, NOMEADAMENTE A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, O CONTRASTE LEITEIRO, A INSCRIÇÃO EM REGISTOS ZOOTÉCNICOS OU LIVROS GENEALÓGICOS, ASSIM COMO DA AVALIAÇÃO GENÉTICA DE REPRODUTORES. REGISTO, APROVAÇÃO E CONTROLO DAS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO, DE INTRODUÇÃO NO MERCADO E DE UTILIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS	18
2.1 INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	18
3. COORDENAÇÃO DO LICENCIAMENTO DAS EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS E ATUALIZAÇÃO DOS REGISTOS DESTAS E DOS RESPETIVOS EFETIVOS PECUÁRIOS	19
3.1 LICENCIAMENTO DE EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS	19
4. GESTÃO DOS CENTROS DE FOMENTO PECUÁRIO, NOMEADAMENTE DA ESTAÇÃO ZOOTÉCNICA DA MADEIRA E DO CENTRO DE OVINICULTURA DA MADEIRA.....	21
4.1 ESTAÇÃO ZOOTÉCNICA DA MADEIRA.....	21
4.2 CENTRO DE OVINICULTURA DA MADEIRA.....	27
5. EXECUÇÃO DOS PLANOS DE CONTROLO OFICIAL RELATIVOS À PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DOS GÉNEROS ALIMENTÍCIOS, DAS RESPETIVAS MATÉRIAS-PRIMAS, INGREDIENTES E ADITIVOS, DOS MATERIAIS EM CONTATO COM GÉNEROS ALIMENTÍCIOS E DOS SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E DOS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	29
5.1 PLANO DE CONTROLO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS (PCAA)	29
5.2 PRODUÇÃO DE LEITE COM DESTINO À TRANSFORMAÇÃO E CONSUMO	30
III. AÇÕES DIVERSAS.....	31
1. CONTROLOS DE CONDICIONALIDADE ANIMAL	31
2. FEIRA DO GADO DO PORTO MONIZ	32
3. CONTROLOS SUBSEQUENTES A DENÚNCIAS/RECLAMAÇÕES	33
4. PUBLICAÇÕES NO PORTAL DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO DO COMÉRCIO AGROALIMENTAR DA DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA (DICA).....	34
IV. RECURSOS.....	35
1. RECURSOS HUMANOS	35
1.1 PESSOAL AFETO À DPVP	35
1.1 ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA DPVP	36
2. RECURSOS MATERIAIS.....	36
2.1 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS	36
CONCLUSÃO	37

Introdução

A Divisão de Proteção Veterinária e Pecuária (DPVP) é uma das três unidades orgânicas flexíveis da Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária, que integra a estrutura orgânica da Direção Regional de Agricultura da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas da Região Autónoma da Madeira, cujas atribuições e competências foram aprovadas através do Despacho n.º 156/2016, de 18 de abril, por conseguinte de configuração bastante recente, tendo recebido as competências e atribuições que eram detidas por outros serviços.

A DPVP é dirigida por um médico veterinário, Chefe de Divisão, direta e hierarquicamente dependente do Diretor de Serviços de Alimentação e Veterinária e, resumidamente, desenvolve as suas ações em duas grandes áreas: a da **Saúde e Bem-Estar Animal** e a da **Produção Pecuária**.

Saúde e Bem-Estar Animal

Nesta área, a missão genérica da DPVP é a de assegurar a proteção e o bem-estar animal, desenvolver programas de vigilância, controlo e erradicação das doenças infectocontagiosas e parasitárias dos animais, acompanhar a evolução das zoonoses e executar as medidas de polícia sanitária, possuindo para tal competências específicas, para além de outras que lhe estão ou venha a estar cometidas, ou seja:

- Coordenar, controlar e assegurar o funcionamento dos sistemas informáticos de natureza veterinária para controlo sanitário dos animais de produção, de companhia e de lazer, nomeadamente o PISA.Net e o SIRA-RAM.
- Executar os planos oficiais de controlo relativos à saúde animal, bem como os programas de prevenção e de luta contra as epizootias e as doenças de carácter zoonótico.
- Assegurar o controlo higiosanitário da movimentação, da utilização dos meios de transporte, dos locais de concentração, de apresentação ou de exposição dos animais e garantir os controlos veterinários de animais vivos, alimentos simples e compostos destinados à alimentação animal, no âmbito das trocas intracomunitárias e do mercado interno.
- Proceder ao licenciamento sanitário e emitir parecer técnico sobre a construção e funcionamento das instalações de criação e comercialização de animais de estimação, animais selvagens, espetáculos e exposições de animais, parques zoológicos, centros de atendimento médico-veterinário e demais estabelecimentos de prestação de cuidados a animais de companhia e exóticos.
- Promover e assegurar os controlos necessários no âmbito da proteção e bem-estar animal, relativamente a animais de interesse pecuário, de estimação, companhia e lazer, silvestres e selvagens, dos parques zoológicos e em eventos públicos ou privados em que se utilizem animais.
- Assegurar o controlo e inspeção do fabrico, da comercialização e da utilização dos medicamentos veterinários, biocidas de uso veterinário e alimentos medicamentosos para animais.

Produção Pecuária

Nesta área, a missão genérica da DPVP é a de proceder ao licenciamento das explorações pecuárias, coordenar as atividades de melhoramento animal, supervisionar as atividades de produção, comercialização e utilização de alimentos para animais, possuindo para tal competências específicas, para além de outras que lhe estão ou venham a estar cometidas, ou seja:

- Coordenar, controlar e assegurar o funcionamento dos sistemas informáticos de natureza pecuária para controlo zootécnico, identificação e registo dos animais de produção, designadamente o iDigital/SNIRA.
- Assegurar a proteção e a valorização dos recursos genéticos animais, designadamente através da execução de ações que visem a defesa, a gestão, o melhoramento e a conservação do património genético regional.
- Assegurar a gestão dos centros de fomento pecuário, nomeadamente da Estação Zootécnica da Madeira e do Centro de Ovinicultura da Madeira.
- Coordenar as atividades de melhoramento animal, nomeadamente a inseminação artificial, o contraste leiteiro, a inscrição em registos zootécnicos ou livros genealógicos, assim como a avaliação genética de reprodutores, bem como proceder ao registo, aprovação e controlo das atividades de produção, de introdução no mercado e de utilização de alimentos para animais.
- Coordenar o licenciamento das explorações pecuárias e manter atualizado os registos destas e dos respetivos efetivos pecuários.
- Proceder ao registo, aprovação e controlo das atividades de produção, de introdução no mercado e de utilização de alimentos para animais, bem como executar os planos de controlo oficial relativos à produção e transformação dos mesmos.

Para além de participar da seguinte competência genérica da DSAV:

- Executar os planos de controlo oficial relativos à produção e transformação dos géneros alimentícios, das respetivas matérias-primas, ingredientes e aditivos, dos materiais em contato com géneros alimentícios e dos subprodutos de origem animal e dos alimentos para animais.

Assim, o presente relatório apresenta as ações desenvolvidas e as atividades levadas a efeito pela DPVP durante o ano civil de 2016, enquadrando-as nas respetivas competências e atribuições, anteriormente descritas.

Entre essas ações, gostaríamos de realçar o trabalho que tem vindo a ser feito em matéria de licenciamento das explorações pecuárias, pela sua complexidade e dimensão e que dará um grande contributo para o ordenamento pecuário da Região Autónoma da Madeira.

I. Saúde e Bem-Estar Animal

1. Coordenação, controlo e execução do funcionamento dos sistemas informáticos de natureza veterinária para controlo sanitário dos animais de produção, de companhia e de lazer, nomeadamente o PISA.Net e o SIRA-RAM

1.1 PISA.Net

O PISA.Net é o sistema oficial para a gestão da saúde animal, adotado pelo Estado português desde 1990. Com este sistema, os Planos de Erradicação de Doenças, que combinam inúmeras variáveis e exigem o acesso e a atualização da informação pelas diversas entidades intervenientes, transformam-se em procedimentos simples e de fácil controlo. Trata-se de um poderoso sistema de informação com 20 anos de existência, especialmente desenhado para auxiliar entidades oficiais governamentais na gestão sanitária animal de um dado território permitindo a identificação, controlo de movimentos entre explorações e proprietários, registo individual ou coletivo dos animais e classificação sanitária de explorações, entre muitas outras funções.

O PISA.Net foi implantado na RAM em 2006. Todos os animais de interesse veterinário constam assim de uma base de dados única e ilimitada à escala nacional.

Em Portugal, o PISA.net envolve 180 entidades oficiais responsáveis pelo controlo da Saúde Animal em Portugal Continental, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. São mais de 1 000 utilizadores que garantem diariamente a gestão da informação aliada à sanidade dos ruminantes numa base de dados que comporta cerca de 4 milhões de animais ativos, compostos por aproximadamente 1,5 milhões de grandes ruminantes (bovinos) e 2,5 milhões de pequenos ruminantes (ovinos e caprinos). Detém atualmente o histórico de mais de 17 milhões de animais, incluindo suínos.

As entidades envolvidas são:

- A Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) – que tem a seu cargo a gestão nacional da base de dados e que define as alterações a introduzir no PISA.net;
- As Direções de Serviços Veterinários Regionais (DSVR) – que aprovam e gerem as estratégias sanitárias regionais e têm a seu cargo a gestão regional da base de dados;
- As Direções de Intervenção Veterinária (DIV) e Núcleos de Intervenção Veterinária (NIV) – que tem a seu cargo as conclusões das acções sanitárias, as decisões sanitárias e a gestão local da qualidade da base de dados;
- As Organizações de Produtores Pecuários (OPP) – que são responsáveis pelos projetos sanitários e pelas acções sanitárias de campo;

- Os Laboratórios – que efetuam as análises das amostras;
- A Região Autónoma dos Açores – através dos competentes serviços regionais;
- A Região Autónoma da Madeira – através da Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária (DSAV/DPVP), da Direção Regional para a Administração Pública do Porto Santo e do Laboratório Regional de Alimentação e Veterinária.

Não obstante o interesse e a importância que representa o PISA.Net, vários têm sido os constrangimentos que têm impossibilitado o seu pleno funcionamento na RAM, designadamente a falta de adequados meios informáticos e a necessidade de estruturá-lo de modo a possibilitar o seu uso por todos os técnicos envolvidos nas ações de saúde animal, nomeadamente os médicos veterinários oficiais e as associações de produtores, por exemplo.

Para o período em referência, infelizmente não foi possível obter dados estatísticos fiáveis sobre as existências de produtores, explorações e animais das espécies bovina, ovina, caprina e suína.

Urge, por conseguinte procurar, com a maior brevidade possível, propiciar formação adequada aos colaboradores que trabalham diariamente com o PISA.Net, nomeadamente as assistentes técnicas D. Clotilde Faria e D. Paula Gomes.

1.2 SIRA-RAM

1.2.1 Generalidades

O SIRA-RAM (Serviço de Identificação e Registo de Animais) é o serviço que na Região Autónoma da Madeira tem a seu cargo a gestão informática dos animais de companhia e lazer, identificados eletronicamente. Este serviço funciona em estreita colaboração com os médicos veterinários que exercem clínica em animais de companhia e com os centros de recolha oficiais de cães e gatos, ou seja, o canil municipal do Funchal, através da sua entidade gestora e o canil do Porto Santo. Colabora ainda, sempre que solicitado, com as entidades oficiais com competências de policiamento, nomeadamente a GNR e a PSP, bem como com as entidades gestoras das vias públicas, ou seja, a Via Litoral e a Via Expresso.

Neste âmbito, o SIRA-RAM presta um serviço que é ímpar no nosso país. Perante o conhecimento da ocorrência, extravio ou encontro de animal identificado eletronicamente (com microchip), emite de imediato um aviso de alerta por e-mail a todos os médicos veterinários cínicos, às entidades policiais e outras entidades gestoras de vias públicas, bem como coloca a informação num espaço da Web cedida especialmente para o efeito pelo domínio VETBIBLIOS (www.vetbiblios.pt), dando conhecimento público do desaparecimento em tempo real.

Este serviço tem vindo a contar com coordenação do médico veterinário Dr. João Carlos de França Dória e com a colaboração a tempo parcial da coordenadora técnica Valéria Gouveia (atendimento ao público, arquivo e emissão de alertas) e da assistente técnica Ana Paula Gomes (introdução de dados).

O SIRA-RAM encontra-se ao serviço de todos os cidadãos que a ele recorram, quer para atualização dos dados relativos aos seus animais de companhia, quer para declararem o desaparecimento dos mesmos, quer ainda para a emissão de novos documentos de suporte à identificação e registo, bem como para o esclarecimento de qualquer dúvida respeitante à detenção de animais de companhia.

O SIRA-RAM também presta apoio a alguns municípios, nomeadamente ao Centro de Recolha Oficial (CRO) do Porto Santo, às juntas de freguesia, aos Centros de Atendimento Médico Veterinário (CAMV), aos médicos veterinários clínicos, às associações de proteção animal e aos detentores de animais de companhia. Este apoio consiste no seguinte:

- Prestar esclarecimentos sobre regras e procedimentos legais relativamente à detenção, identificação e gestão de animais de companhia;
- Fornecer dados de identificação dos animais registados nas bases de dados, quer do SIRA-RAM, quer do SICAFE, sempre que solicitado pelas autoridades e pelos médicos veterinários que o solicitem;
- Proceder à consulta das várias bases de dados existentes, quer a nível nacional quer a nível internacional, para conferência de números de identificação eletrónica (microchip), com vista ao contacto com os detentores de animais perdidos e ou encontrados, sempre que solicitado por um CAMV ou CRO, na sequência da recolha de ;
- Emitir documentação de suporte à identificação eletrónica dos animais constantes da base de dados do SIRA-RAM, para substituição da Ficha de Registo de Identificação Animal original, com vista ao seu registo e licenciamento junto das juntas de freguesia, nomeadamente.
- Emitir um alerta relativamente ao desaparecimento de animais de companhia, devidamente identificados eletronicamente, o qual é enviado por correio eletrónico a todos os CAMV, médicos veterinários clínicos, GNR, PSP, CRO do Porto Santo, SPAD, VIAEXPRESSO e VIALITORAL.

1.2.2 Fichas de Registo de Identificação Animal entradas no SIRA-RAM de 2012 a 2016

Mês	2012	2013	2014	2015	2016
Janeiro	162	85	513	335	251
Fevereiro	126	347	155	481	421
Março	309	132	272	228	416
Abril	134	322	287	291	443
Maio	165	167	190	361	210
Junho	152	142	316	205	349
Julho	136	167	238	538	452
Agosto	217	131	84	624	539
Setembro	149	534	440	161	525
Outubro	175	237	172	189	328
Novembro	214	250	400	393	449
Dezembro	234	374	79	314	467
Total	2.173	2.888	3.146	4.120	4.850

1.2.3 Animais registados no SIRA-RAM à data de 31-12-2016, por espécie

Espécies	N.º de Machos	N.º de Fêmeas	Total
Canídeos	11.478	14.491	25.969
Felídeos	1.940	5.467	7.407
Equídeos	6	6	12
Leporídeos	3	2	5
Psitacídeos	4	2	6
Suínos	1	0	1

1.2.4 Animais registados no SIRA-RAM à data de 31-12-2016 por concelho

Concelhos	Canídeos	Felídeos	Equídeos	Leporídeos	Psitacídeos	Suínos
Funchal	10.689	3.463	5	2	1	1
C.ª de Lobos	1.249	339	0	0	0	0
R.ª Brava	656	393	1	0	2	0
P.ª do Sol	738	52	2	1	0	0
Calheta	1.226	212	0	0	0	0
P.º Moniz	168	119	0	0	0	0
S. Vicente	397	58	0	0	0	0
Santana	439	46	0	0	0	0
Machico	1.435	321	0	0	0	0
Sta. Cruz	3.884	1.159	4	0	0	0
Porto Santo	2.093	1.109	0	0	3	0
Outros *	2.995	136	0	2	0	0
Total	25.969	7.407	12	5	6	1

* Concelhos fora da RAM (Continente, Açores e Estrangeiro)

1.2.5 Alertas efetuados na sequência de declaração de desaparecimento de animais

	N.º de Alertas	N.º de Recuperados	%
Canídeos	40	10	25
Felídeos	11	3	27,3
Total	51	13	25,5

2. Execução dos planos oficiais de controlo relativos à saúde animal e programas de prevenção e de luta contra as epizootias e as doenças de carácter zoonótico

2.1 Plano de Vigilância de Gripe Aviária (PVGA)

Data da colheita	Empresa a que pertencem as aves/teste efetuado	Total das amostras	N.º de Amostras Recolhidas	Taxa de Execução
08/03/2016	Ecosanto G. Poedeiras Biológicas	20	20	100%
02/12/2016				
23/03/2016	Fábio Viveiros Frangos Biológicos	20	10	100%
18/05/2016	Freshbio Frangos Biológicos		10	
09/05/2016	Avipérora Galinhas Reprodutoras	20	20	100%
30/08/2016				
03/06/2016	MadOvo Galinhas Poedeiras	40	20	100%
02/12/2016				
25/07/2016	Ovo do Santo Galinhas Poedeiras		20	
02/12/2016				
11/07/2016	IFCN, IPRAM – Aves cinegéticas Perdizes Galinhas Poedeiras	10	10	100%
11/07/2016	António Marcelino Rodrigues (Capoeira doméstica) Patos	10	5	100%
25/07/2016	José N. Gouveia (Capoeira doméstica) Patos		5	
Total		120	120	100%

2.2 Plano Nacional de Controlo de Salmonelas (PNCUM)

2.2.1 Galinhas Reprodutoras

Data	Aviário	N.º Amostras	Bando/Idade/ N.º de Aves	Resultado	N.º de Amostras Previstas	Taxa de Execução
05/04	Avipérola	5	B82/ 53 S/ 6547 aves	Negativo	5	100%
19/04		5	B84/26S / 6929 aves		5	
22/06		5	B83/50 S/ 6477 aves		5	
25/07		5	B85/25 S/ 6653 aves		5	
03/10		5	B84/ 50 S/ 6504 aves		5	
17/10		5	B86/ 24S/ 6709 aves		5	

2.2.2 Galinhas Poedeiras

Data	Aviário	N.º Amostras	Bando/Idade/ N.º de Aves	Resultado	N.º de Amostras Previstas	Taxa de Execução
16/05	MadOvo MEP 015	3	B2-2015/ 79 S / 15 230 aves	Negativo	3	100%
02/09	Nunes & Freitas MEP 006	3	R1P2-2014/ 111S 13 718 aves	Positivo: <i>Salmonella sp.</i> Serotipificação: <i>Salmonella enteritidis</i> , estirpe vacinal	3	100%
13/09	Ovo do Santo MEP 020	3	B01-15/ 74S/ 22 278 aves	Negativo	3	100%

2.2.3 Frangos de Carne

Data	Aviário	N.º Amostras	Bando/Idade/ N.º de Aves	Resultado	N.º de Amostras Previstas	Taxa de Execução
30/09	Delfino & Nóbrega MEP 033	1	04-2016/ 28 dias/ 12 000 aves	Negativo	1	100%

2.2.4 Visitas de Controlo e Colheitas (PNCUM)

Exploração	Aptidão	Data do Controlo	N.º Relatório de Visita
Nunes & Freitas	Galinhas Poedeiras	02/09/2016	01/2016
Delfino e Nóbrega	Frangos	30/09/2016	02/2016
AVIPEROLA, Lda.	Galinhas Reprodutoras	17/10/2016	03/2016
Gabriel Augusto Figueira de Souza	Suínos / Galináceos	24/10/2016	04/2016
António de Abreu	Bovinos	26/10/2016	05/2016
José Avelino Figueira Silva	Bovinos	26/10/2016	06/2016
Maria dos Santos Ferreira Fernandes	Bovinos	26/10/2016	07/2016
Roberto dos Santos Cabral	Bovinos	28/10/2016	08/2016
Manuel Gouveia de Sousa	Bovinos	04/11/2016	09/2016
Ana Lúcia Rodrigues Pestana	Bovinos / Galináceos	04/11/2016	10/2016
Manuel Teixeira de Sousa	Bovinos	07/11/2016	11/2016
Manuel Carlos Nóbrega	Bovinos	07/11/2016	12/2016
Ilda Pestana de Gouveia Spínola	Bovinos	07/11/2016	13/2016
Orlando Gonçalves da Silva	Bovinos	09/11/2016	14/2016
José Luís da Gama e Freitas	Bovinos	09/11/2016	15/2016
Maria Celeste Pereira Fernandes	Ovinos	11/11/2016	16/2016
LIVRERELEVO, Lda.	Bovinos	11/11/2016	17/2016
Humberto Samuel Gonçalves	Suínos	11/11/2016	18/2016
BOVIMADEIRA, Lda.	Bovinos	17/11/2016	19/2016
Aviário Frango Gordo Sociedade Unipessoal, Lda.	Galináceos	17/11/2016	20/2016
Santos & Góis, Lda.	Suínos	22/11/2016	21/2016
Gama & Gama, Lda.	Bovinos	22/11/2016	22/2016
Ernesto Luís Faria Gonçalves	Suínos / Ovinos / Caprinos	07/12/2016	23/2016

2.3 Encefalopatas Espongiformes Transmissíveis

2.3.1 Monitorizações

Meses	N.º de Bovinos	N.º de Ovinos	Resultados
janeiro	6	1	Negativo
fevereiro	1	2	
março	1	1	
abril	1	1	
maio	3	2	
junho	2	2	
julho	5	1	
agosto	5	1	
setembro	5	4	
outubro	1	3	
novembro	4	3	
dezembro	10	5	
Total	44	26	

2.4 Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky

A 13 de julho de 2016, a DSAV/DPVP, tendo em conta o Decreto-Lei n.º 85/2012, de 5 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 222/2012, de 15 de outubro e o Despacho n.º 291/2015, de 12 de janeiro, fez publicar na DICA uma Nota Informativa que dá a conhecer o Edital da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, tornando público o seguinte:

1. Durante o mês de agosto de 2016, os proprietários de todas as explorações de suínos foram obrigados a declarar os efetivos que possuíam, no dia 1 daquele mês;
2. Esta declaração pode ser efetuada diretamente pelo produtor na área reservada do portal do IFAP, ou nas DSAV, através do Mod. 800/DGV;
3. Os dados referentes às Declarações das Existências são inseridos no SNIRA-iDigital, pela entidade recetora ou diretamente pelo próprio produtor;
4. A declaração das existências de suínos é considerada medida sanitária visando o combate à Doença de Aujeszky e o seu não cumprimento acarreta as penalizações previstas nos Decreto-Lei acima referido.

2.5 Profilaxia da Raiva e Outras Zoonoses

Com a colaboração do Dr. Eduardo António Capeans Teixeira, da clínica veterinária VETFUNCHAL e do Dr. João Carlos de França Dória, tendo em conta as especificidades da Região Autónoma da Madeira, foi aprovada uma proposta pela DSAV/DPVP, a qual deu origem ao Despacho n.º 307/2016 de 27 de julho, do Diretor Regional de Agricultura, publicado no JORAM II-Serie n.º 132, Suplemento 2, o que define as regras a serem aplicadas na campanha de vacinação antirrábica e na campanha de identificação eletrónica dos cães existentes na Região.

Deste modo, deu-se cumprimento às normas técnicas de execução regulamentar do Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses (PNLVERAZ) e às medidas de prevenção da raiva animal e de vigilância clínica e epidemiológica na RAM, conforme previsto na Portaria n.º 264/2013, de 16 de agosto, tendo em conta as especificidades administrativas e técnicas da Região Autónoma da Madeira.

Sublinha-se que, na sequência deste Despacho e pela primeira vez na RAM, foram levadas a efeito em 2016 quatro campanhas oficiais de vacinação antirrábica e identificação eletrónica, a saber, nos concelhos de Machico, Calheta, Ponta do Sol e Porto Santo.

3. Licenciamento sanitário e pareceres técnicos sobre a construção e funcionamento das instalações de criação e comercialização de animais de estimação, animais selvagens, espetáculos e exposições de animais, parques zoológicos, centros de atendimento médico-veterinário e demais estabelecimentos de prestação de cuidados a animais de companhia e exóticos

3.1 Centros de Atendimento Médico-Veterinário (CAMV)

A autorização do exercício de atividade do CAMV, rege-se pelo Decreto-Lei n.º 184/2009, 11 de agosto e respetivas adaptações à RAM, nomeadamente pela Portaria n.º 66/2012, de 23 de agosto e pelo Despacho n.º 29/2015 de 10 de fevereiro.

A 15 de setembro, através do Despacho n.º 1/DSAV/2016, do Diretor de Serviços de Alimentação e Veterinária, foram designados membros da Comissão Técnica de Classificação o Dr. João Carlos dos Santos de França Dória, que preside, em representação da Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Direção Regional de Agricultura, o qual será substituído, nas suas ausências e impedimentos pela Dra. Luísa Maia Jardim Fernandes ou pela Dra. Mariana Boaventura Vela de Ornelas Afonso.

Presentemente, existem em funcionamento na Região Autónoma da Madeira 23 CAMV (Centros de Atendimento Médico Veterinário), dos quais 8 estão classificados como “clínica” e 15 como “consultório”, não havendo nenhum hospital veterinário.

Em 2016, foi autorizado a atividade e funcionamento a 5 consultórios, em regime de declaração prévia e a 1 clínica, em regime de autorização prévia, esta última com decisão favorável condicionada, encontrando-se ainda outras 2 clínicas em processo de licenciamento.

3.2 Alojamento para hospedagem de animais de companhia

O exercício da atividade de exploração de alojamento para hospedagem de animais de companhia rege-se pelo Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 260/2012, de 12 de dezembro. Este conceito abrange os *centros de recolha (CRO)*, os *alojamentos para hospedagem*, com ou sem fins lucrativos, *alojamentos destinados ao comércio* desses animais, bem como os *alojamentos com fins lucrativos destinados à reprodução e criação de animais potencialmente perigosos*, nomeadamente os cães das raças potencialmente perigosas, mencionadas na Portaria n.º 422/2004, de 24 de abril.

Neste âmbito, no ano em referência, foi licenciado um estabelecimento que se dedica ao treino e alojamento de cães e gatos, bem como à sua reabilitação física e higiene. Por outro lado, foi dada continuidade a um processo relativo a alojamento para hospedagem sem fins lucrativos.

3.3 Animais selvagens, espetáculos e exposições de animais

Relativamente a este âmbito, foi efetuado um controlo documental aos animais do circo que permaneceram na RAM durante a época natalícia 2015/2016, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro, que estabelece as normas de execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (CE) n.º 1739/2005, da Comissão, de 21 de outubro, relativo ao estabelecimento das condições de polícia sanitária aplicáveis à circulação de animais de circo e outros números com animais entre Estados membros e que aprova as normas de identificação, registo, circulação e proteção dos animais utilizados em circos, exposições itinerantes, números com animais e manifestações similares em território nacional.

3.4 Parques zoológicos

A atividade e funcionamento dos parques zoológicos rege-se pelo Decreto-Lei n.º 104/2012, de 16 de maio que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 59/2003, de 1 de abril, relativa à detenção de fauna selvagem em parques zoológicos.

Durante o período em apreço, foram retomados contactos com o Município do Porto Moniz, no sentido de dar seguimento ao processo de enquadramento legal do “Aquário da Madeira”, localizado no Forte São João Baptista, naquele município.

De igual modo foram estabelecidos contactos e decorreram reuniões com o Município do Funchal, mais propriamente com os responsáveis pelo Museu de História Natural do Funchal e pelo Aquário aí existente, designadamente com a Vereadora do pelouro da ciência e conhecimento, Dra. Idalina Perestrelo Luís, com o então Diretor do Departamento de Ciência da CMF, Doutor Manuel Biscoito, que contaram com a participação e colaboração do Instituto das Florestas e da Conservação da Natureza, através dos técnicos da Divisão de Conservação da Natureza e Bio(geo)diversidade, Eng.º Duarte Barreto e Dra. Carolina, com vista ao enquadramento legal do referido aquário.

Este processo encontra-se em fase de instrução, sendo necessários diversos melhoramentos estruturais, tais como a zona de quarentena e a beneficiação do quadro elétrico.

4. Controlos no âmbito da proteção e bem-estar animal, relativamente a animais de interesse pecuário, de estimação, companhia e lazer, silvestres e selvagens, dos parques zoológicos e em eventos públicos ou privados em que se utilizem animais

4.1 Plano de Proteção Animal nos Locais de Criação

Espécies	N.º de Explorações Existentes	N.º de Controlos Previstos	Meta	N.º de Controlos Efetuado	Taxa de Execução
Galinhas Poedeiras	4	1	100%	2	200%
Galinhas Reprodutoras	1	1	100%	1	100%
Frangos	11	1	100%	1	100%
Suínos	21	4	100%	4	100%
Bovinos	813	4	100%	10	250%
Ovinos	107	1	100%	2	200%
Caprinos	102	1	100%	1+1 no Porto Santo	200%

4.2 Controlos Aleatórios de Bem-Estar Animal durante o Transporte Rodoviário

Empresa	Data do Controlo	Espécie/Reses
GAMA & GAMA, Lda.	07/02/2016	Bovinos
SUINOSANTO	10/02/2016	Suínos
Pedro Freitas Gouveia	22/02/2016	Aves
Luís Lino Vieira	16/03/2016	Ovinos
Luís Lino Vieira	16/03/2016	Caprinos
Luís Alves	20/03/2016	Suínos
GAMA & GAMA, Lda.	13/04/2016	Bovinos
GAMA & GAMA, Lda.	22/05/2016	Bovinos
Humberto Paulino Carreira Figueira	25/05/2016	Leitões
SUINOSANTO	26/06/2016	Suínos
Sérgio Manuel Duarte Gouveia	26/07/2016	Leitões
Vitor Mendes	25/07/2016	Bovinos
BOVIMADEIRA	15/08/2016	Suínos
AVIPEROLA	29/08/2016	Galinhas Reprodutoras
João Batista Ornelas	10/10/2016	Bovinos
BOVIMADEIRA	10/10/2016	Suínos
Sérgio Manuel Duarte Gouveia	18/10/2016	Leitões
José Norberto de Gouveia	21/04/2016	Leporídeos
AVIATLANTICO	07/04/2016	Aves
Gaiola do Vento	03/06/2016	Aves
AVIATLANTICO	27/10/2016	Aves
NUNES & FREITAS, Lda.	15/11/2016	Aves
António Fernando da Câmara	15/12/2016	Bovinos
Francisco de Abreu	19/12/2016	Suínos
Manuel Sérgio Escórcio Brito	20/12/2016	Caprino
José Isidro Menezes	20/12/2016	Ovinos
Sérgio Manuel Duarte Gouveia	20/12/2016	Leitões
Total	27	

4.3 Controlos Aleatórios de Bem-Estar Animal no Abate

Matadouros	Data do Controlo	Espécie/Reses
CARAM	08/02/2016	Bovinos
CARAM	21/03/2016	Suínos
CARAM	11/02/2016	Suínos
CARAM	14/04/2016	Bovinos
CARAM	17/03/2016	Caprinos
CARAM	17/03/2016	Ovinos
CARAM	21/04/2016	Leporídeos
CARAM	23/05/2016	Bovinos
CARAM	25/05/2016	Leitões
CARAM	27/06/2016	Suínos
CARAM	26/07/2016	Bovinos
CARAM	26/07/2016	Leitões
CARAM	16/08/2016	Suínos
CARAM	11/10/2016	Suínos
CARAM	11/10/2016	Bovinos
CARAM	20/10/2016	Leitões
CARAM	20/12/2016	Ovinos/Caprino
SODIPRAVE	15/02/2016	Aves
SODIPRAVE	14/04/2016	Aves
SODIPRAVE	28/06/2016	Aves
SODIPRAVE	25/08/2016	Aves
SODIPRAVE	27/10/2016	Aves
SODIPRAVE	15/11/2016	Aves
Total	23	

4.4 Plano de Proteção em Transporte Rodoviário nos Locais de Destino (Matadouros)

Locais de Destino (Matadouros)	Espécie Animal	N.º de Controlos Previstos	Frequência	N.º de Controlos Efetuados	Taxa de Execução
CARAM	Bovinos	4	Trimestral	6	600%
CARAM	Ovinos	2	Semestral	2	200%
CARAM	Caprinos	2	Semestral	2	200%
CARAM	Suínos	2	Semestral	6	600%
CARAM	Leitões	1	Anual	4	400%
CARAM	Coelhos	1	Anual	1	100%
SODIPRAVE	Aves	6	Bimestral	6	600%

4.5 Plano de Proteção em Transporte Marítimo

Trimestre	Data do Controlo	N.º de Controlos Previstos	Frequência	N.º de Controlos Efetuados	Taxa de Execução
Jan/Fev/Mar	2016/03/14	4	Trimestral	4	100%
Abr/Mai/Jun	2016/06/06				
Jul/Ago/Set	2016/08/29				
Out/Nov/Dez	2016/12/05				

4.6 Plano de Proteção dos Animais no Abate

Matadouro	Espécie Animal	N.º de Controlos Previstos	Frequência	N.º de Controlos Efetuados	Taxa de Execução
CARAM	Bovinos	4	Trimestral	6	600%
CARAM	Ovinos	2	Semestral	2	200%
CARAM	Caprinos	2	Semestral	2	200%
CARAM	Suínos	2	Semestral	6	600%
CARAM	Leitões	1	Anual	4	400%
CARAM	Coelhos	1	Anual	1	100%
SODIPRAVE	Aves	6	Bimestral	6	600%

Nota – Os controlos mencionados nos pontos 4.2, 4.3, 4.4 e 4.6 foram executados pela Divisão de Inspeção Veterinária e Agroalimentar (DIVA).

5. Controlo higiosanitário da movimentação, da utilização dos meios de transporte, dos locais de concentração, de apresentação ou de exposição dos animais e garantir os controlos veterinários de animais vivos, alimentos simples e compostos destinados à alimentação animal, no âmbito das trocas intracomunitárias e do mercado interno.

5.1 Controlos no Comércio Intracomunitário de Animais Vivos

Espécie Animal	N.º de Animais	N.º de Certificados Recebidos*	Controlos Documentais (N.º Efetuados)	Controlos Documentais Previstos / Executados	Controlos Físicos (N.º Efetuados)	Controlos Físicos Previstos / Executados
<i>Gallus gallus</i> (Pintos do Dia)	32 300	5	5	-	1	-
<i>Sparus aurata</i> (Dourada)	2 629 000	13	13	-	1	-
<i>Seriola dumerili</i> (Charuteiro)	78 370	3	3	-	0	-
Total	2 739 670	21	21	60% / 100%	2	10% / 100%

*Certificados TRACES recebidos na unidade veterinária local (UVL)

II. Produção Pecuária

1. Coordenação, controlo e garantia do funcionamento dos sistemas informáticos de natureza pecuária para controlo zootécnico, identificação e registo dos animais de produção, designadamente o iDigital/SNIRA

1.1 Identificação de Bovinos, Pequenos Ruminantes e Suínos

Concelhos	Bovinos		Caprinos	Ovinos	Suínos
	1.ª Ident.	Recolocação	1.ª Ident.	1.ª Ident.	1.ª Ident.
Funchal	9	7	26	26	150
Câmara de Lobos	4	1	3	13	4
Ribeira Brava	82	1	0	8	0
Ponta do Sol	113	6	0	4	4
Calheta	295	16	1	1	2
Porto Moniz	45	5	4	4	3
São Vicente	3	0	0	0	2
Santana	77	7	5	14	30
Machico	25	0	4	15	1
Santa Cruz	98	0	60	47	1
Porto Santo	11	1	149	66	39
Total	762	44	252	198	236

2. Coordenação das atividades de melhoramento animal, nomeadamente a inseminação artificial, o contraste leiteiro, a inscrição em registos zootécnicos ou livros genealógicos, assim como da avaliação genética de reprodutores. Registo, aprovação e controlo das atividades de produção, de introdução no mercado e de utilização de alimentos para animais

2.1 Inseminação Artificial

Concelhos	Pedidos	Realizadas	Não Realizadas
Funchal	1	1	-
Câmara de Lobos	-	-	-
Ribeira Brava	18	10	8
Ponta do Sol	5	2	3
Calheta	1	1	-
Porto Moniz	1	1	-
São Vicente	-	-	-
Santana	-	-	-
Machico	1	1	-
Santa Cruz	1	1	-
Porto Santo	-	-	-
Total	28	17	11

O quadro anterior reflete a incipiência deste serviço, que outrora teve grande relevo e foi reconhecidamente importante no âmbito do melhoramento animal, permitindo a redução das doenças sexualmente transmissíveis, por um lado, e a introdução mais rápida de raças mais produtivas, por outro.

Tal incipiência deve-se à falta dos meios adequados, nomeadamente de meios de conservação de sêmen (produção de nitrogénio líquido) próprios e, sobretudo, de pessoal especializado nesta técnica de reprodução, para além de ter havido uma redução no número de animais da espécie bovina, sobretudo os de produção leiteira.

Espera-se, no entanto, que num futuro se possa recuperar este serviço, nomeadamente através da requalificação da EZM.

3. Coordenação do licenciamento das explorações pecuárias e atualização dos registos destas e dos respetivos efetivos pecuários

3.1 Licenciamento de Explorações Pecuárias

O licenciamento da atividade pecuária rege-se pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2015/M, de 20 de agosto, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 31/2013, de 24 de julho e alterado pelos Decretos-Leis n.º 165/2014, de 5 de novembro, e n.º 85/2015, de 21 de maio, que aprova o Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (NREAP).

A obrigatoriedade dos detentores de animais de uma ou mais espécies pecuárias terem a sua exploração devidamente registada/licenciada é fundamental para garantir o respeito pelas normas de bem-estar animal, a defesa higio-sanitária dos efetivos pecuários, a prevenção de risco para a saúde pública e para o ambiente e para o ordenamento do território.

Concelhos	Novos Requerimentos 2016	Iniciados em 2016	Concluídos				Subtotal
			Detenção Caseira	Classe 3	Classe 2	Classe 1	
Funchal	19	11	3	2	-	-	5
C. Lobos	7	5	9	5	-	-	14
R. Brava	6	0	18	4	-	-	22
P. Sol	8	3	3	3	2	-	8
Calheta	18	8	14	4	-	-	18
S. Vicente	5	5	2	3	-	-	5
P. Moniz	25	17	20	1	-	-	21
Santana	19	13	13	4	-	-	17
Machico	5	2	6	1	-	-	7
S. Cruz	20	11	15	6	2	-	23
P. Santo	18	7	3	5	-	-	8
Total	150	82	106	38	4	0	148

Relativamente aos vulgarmente designados por licenciamentos pecuários, estes enquadram-se em “detenção caseira” ou numa de três classes (1, 2 e 3). Os processos relativos às classes 1 e 2, são complexos e exigem a participação de várias entidades, além de requererem a apresentação de várias peças processuais.

No contexto de trabalho da DPVP, estes processos requerem uma atenção especial, atendendo que a DRA é a entidade coordenadora e licenciadora. Os processos passam por diversas fases, desde vistorias a conferências decisórias, durante largos meses, até que a conclusão dos mesmos seja possível.

São, muitas vezes, exigidas obras de melhoramento e remodelação das instalações pecuárias existentes, o que no contexto atual é certamente um constrangimento económico e financeiro para o produtor.

Os processos referentes a explorações de classe 3 e os de detenção caseira, ou seja, aqueles em que o número de animais de espécies pecuárias é mais pequeno, têm requerido um grande esforço humano e logístico por parte da DPVP, atendendo ao número de pendentes. São processos que em termos de execução são mais simples, mas os melhoramentos implementados requerem uma visita de verificação às explorações. Geralmente as melhorias solicitadas são de pequenas dimensões mas, mesmo assim, os produtores levam algum tempo a realizá-las.

Nestes casos, a dinâmica e atitude da DPVP tem sido a de proximidade e acompanhamento.

Os quadros que se seguem comparam a situação existente nestes serviços à data da sua criação com a situação atual, no que se refere aos processos de licenciamento de explorações pecuárias, para as diferentes classes e produções.

Detenção Caseira e Classe 3	Maior de 2016	Maior de 2017	Comparação homóloga
N.º de processos existentes	726	429	- 40,9%
N.º de processos por iniciar	358	120	- 66,5 %
N.º de processos em curso	368	309	- 16,0 %
	Maior de 2016 a Maior de 2017		Taxa de execução
N.º de processos novos	172		-
N.º de processos concluídos e em curso	128		74,4%
N.º de processos por iniciar	40		23,3%
N.º de processos anulados ou outros	4		2,3%

Classe 1 e 2	Classe 1	Classe 2	Total
N.º de processos iniciados até maio de 2016	2	17	25
N.º de processos concluídos até maio de 2016	0	1	
N.º de processos iniciados após maio de 2016	1	5	
N.º de processos concluídos após maio de 2016	0	8	
N.º de processos em curso	1	10	
N.º de processos em fase de conclusão	2	3	

Explorações de produção leiteira				
N.º de explorações existentes	30			
N.º de vacas instaladas	285			
Processos de licenciamento	Classe 1	Classe 2	Classe 1	Detenção caseira
N.º de processos iniciados até maio de 2016	0	2	17	9
N.º de processos concluídos até maio de 2016	0	0	13	5
N.º de processos iniciados após maio de 2016	0	1	0	0
N.º de processos concluídos após maio de 2016	0	0	4	0
N.º de processos em curso	0	3	2	2

4. Gestão dos centros de fomento pecuário, nomeadamente da Estação Zootécnica da Madeira e do Centro de Ovinicultura da Madeira

4.1 Estação Zootécnica da Madeira

Generalidades

A Estação Zootécnica da Madeira (EZM), é tutelada pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, Direção Regional de Agricultura, com gestão técnico-administrativa da Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária. Situa-se nas Portas da Vila, Concelho do Porto Moniz, a uma altitude de cerca de 650m e ocupa uma área total de 38,54 ha. A exploração divide-se em 11 parcelas, praticamente planas, divididas por taludes com coberto vegetal (enrelvamento). A Superfície Agrícola Útil (SAU) ocupa uma área de 18,62 ha, dividida pelos parcelários com os números 2956359973005 (16,60 ha); 2956363425010 (0,68 ha); 2956366403007 (1,02 ha); 2956367907018 (0,17 ha) e 2956367907019 (0,15 ha) com pastagens permanentes de sequeiro para alimentação animal. Está registada uma área florestal arborizada com 17,56 ha dividida pelos parcelários 2956354973001 (12,71 ha) e 2956363425012 (4,85 ha) com espécies endémicas e algumas espécies exóticas como o pinheiro e o eucalipto. A restante área, equivalente a 2,36 ha está ocupada por instalações para animais, edificações sociais (Parcelário nº 2956367907011), improdutivos e vias de acesso.

A EZM está registada na plataforma iDigital com a marca de exploração PTZFA01 e o processo de licenciamento está em curso. Em 2016 foram estabelecidos contactos com diversas entidades e solicitada colaboração no sentido de reunir todos os requisitos necessários para a regularização do registo da atividade pecuária. É o caso da Câmara Municipal do Porto Moniz, com o pedido de licença de localização da atividade e de fornecimento de água potável, da Direção Regional do Trabalho e da Ação Inspetiva para a execução de um plano de saúde, higiene e segurança no trabalho. Também teve lugar a aquisição de serviços a entidades privadas, para a realização das peças desenhadas e descrição detalhada das edificações e superfícies impermeabilizadas, assim como para a elaboração de projeto de arquitetura de recuperação da EZM.

Internamente, foi elaborada a memória descritiva e justificativa, assim como o Plano de Gestão de Efluentes para juntar ao processo, de acordo com o exigido pelos normativos legais em vigor.

Nesta intenção de recuperar o potencial produtivo da Estação Zootécnica da Madeira e voltar a dinamizar este centro de produção animal, foi elaborada e submetida uma candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira - PRODERAM 2020 através da Submedida 8.2 «Apoio à implantação e manutenção de sistemas agroflorestais» que tem por objetivo relançar a EZM como um modelo sustentado de integração pecuária, na tentativa de demonstrar novos sistemas aos produtores regionais.

Ainda antes da aprovação do projeto e de qualquer investimento na área agroflorestal da EZM, com recurso a mão-de-obra dos quadros da DSAV e ainda com o apoio do Instituto de Florestas e Conservação da Natureza, foi feita uma intervenção na limpeza de faixas e taludes que estavam cobertos de vegetação invasora, nomeadamente silvado e carqueja, aumentando a área útil de pastoreio.

Relativamente às edificações produtivas, a requalificação envolve custos avultados, pelo que durante o ano de 2016 foram realizados apenas pequenas reparações e remedeios de forma a continuar a desenvolver a atividade pecuária sem comprometer a segurança e bem-estar de funcionários e animais.

Os espaços reservados aos serviços administrativos estão desativados há já vários anos, pelo que foi efetuada uma limpeza e arrumação, que permitiu voltar a utilizar o espaço de forma provisória, até que seja realizada uma ação mais profunda de recuperação dos edifícios.

Maneio Alimentar

Como qualquer exploração pecuária, a alimentação, na EZM, desempenha um papel fundamental na produtividade, sanidade e bem-estar dos animais. A alimentação dos bovinos, baseia-se na ingestão de erva, respeitando a fisiologia digestiva dos animais e otimizando a sua capacidade de aproveitamento de alimentos não diretamente utilizáveis pelo Homem, com a aposta num sistema autossuficiente baseado na manutenção de encabeçamentos reduzidos de animais rústicos e na satisfação das necessidades nutritivas com alimentos produzidos na própria exploração, nomeadamente através do pastoreio rotacional. Este sistema tem como princípio básico a otimização da utilização dos recursos tendo em conta as características de interação entre o solo, a planta e o animal no processo produtivo, preservando o ecossistema da pastagem.

Através da divisão de grandes áreas em parques mais pequenos, com a utilização de cercas elétricas, o pastoreio rotacional apresenta resultados favoráveis, possibilitando o aumento da carga animal e uma maior produção por hectare, além de reduzir o efeito da degradação dos pastos. São registados os tempos de permanência dos animais nas pastagens e os tempos de repouso da erva que vão variando consoante o desenvolvimento da erva, condicionados pela própria pastoreio e pelas condições climáticas, que durante 2016 foram pouco favoráveis devido aos longos períodos sem precipitação e calor intenso, registados nos meses de verão.

Quanto aos tempos de ocupação, estes são normalmente curtos, variando entre um ou dois dias de permanência, com o consumo total da forragem disponível, mas sem deixar o solo exposto e sem comprometer a recuperação das plantas. Com esta metodologia pretendeu-se diminuir ou eliminar a dependência de fatores externos, isto é, a aquisição de alimentos concentrados comerciais.

Durante o ano de 2016 e atendendo ao sistema rotacional, ao encabeçamento e área cultivada foi possível feno a erva colhida em algumas parcelas, mas devido a condições excecionais, como o alojamento, de longa duração, de animais vitimados pelos incêndios ocorridos nas serras da Madeira, em Agosto, todo o feno foi consumido e foi necessário recorrer a alimentos obtidos fora da exploração.

No pasto, a distribuição de água é feita através de recipientes portáteis ou através de autotanque.

A suplementação mineral, foi assegurada através da distribuição de blocos minerais adaptados a esta espécie.

Maneio Reprodutivo

Atualmente, a Estação Zootécnica da Madeira conta com um efetivo de bovinos reprodutores, constituído por 4 fêmeas da raça Minhota, devidamente registadas no Livro Genealógico da raça, 5 fêmeas da raça Minhota, não registadas na Associação de Criadores da Raça Minhota, 3 fêmeas cruzadas e 1 macho da Raça Limousine.

Durante o ano 2016, nasceram 4 animais na Estação Zootécnica da Madeira, 3 machos e 1 fêmea, sendo que esta deverá permanecer na exploração para reprodução, enquanto que, os restantes animais serão vendidos para recria.

A recuperação da EZM, passa por retomar a atividade produtiva e o seu objetivo de fornecer animais de qualidade aos produtores regionais e, na impossibilidade de entrada na Região de um macho reprodutor da raça Minhota, por questões sanitárias, foi adquirido um macho da raça Limousine com origem na Região Autónoma dos Açores, que entrou na exploração a 24 de Junho de 2016.

Após o período de quarentena, o macho reprodutor foi colocado com as vacas, esperando-se os primeiros partos para o mês de Maio de 2017.

Acolhimento de bovinos vitimados pelos incêndios deflagrados nas serras da Madeira

A 10 de Agosto de 2016 e para fazer face à situação dramática que se vivia nas serras da Madeira, com centenas de hectares a arder e com risco iminente para a segurança dos animais que pastavam livremente nas zonas altas e a própria vida dos criadores que na tentativa de salvarem os seus animais, circulavam muito perto das chamas, a Estação Zootécnica da Madeira, abriu as portas da exploração para receber todos os animais que de uma forma ou de outra, foram considerados, pelos seus criadores, vítimas dos incêndios.

Na urgência do momento, não foi imposta qualquer restrição, ou efetuado qualquer avaliação da condição dos animais ou da sua legalidade relativamente ao seu registo e identificação ou ainda questionada a verdadeira necessidade de apoio a todos os animais deslocados.

No rescaldo da situação, foram contabilizados na Estação Zootécnica da Madeira, 64 animais de 18 criadores, divididos por vários parques e devidamente separados da manada “residente”, composta por 13 bovinos. Os animais por identificar, foram posteriormente brincados por técnicos da DPVP e devidamente registados de acordo com as normas em vigor para a atividade pecuária.

Apesar da razoável superfície agrícola ocupada pelas pastagens permanentes que poderia ser considerada suficiente para alimentar todo o efetivo, durante algum tempo, a inexistência de vedação fixa na EZM, impossibilitou a manutenção dos animais recém-chegados no pasto e a estabulação de vacas habituadas a pastoreio livre, onde mantêm distâncias de conforto entre si, levou à criação de uma estrutura hierárquica das manadas por parque, que conduziu inevitavelmente ao enfraquecimento de determinados animais pela dificuldade de acesso ao alimento, provocado pelas vacas dominantes. Além disso, a falta de chuva e o tempo demasiado quente retardou o crescimento da erva, o que diminuiu a eficiência da colheita e dificultou a regeneração depois do corte, inviabilizando o corte com gadanheira.

Na tentativa de salvaguardar a integridade física, a saúde e o bem-estar de todos os animais, por diversas vezes foram feitos ajustes nos grupos, com o objetivo de separar os animais mais fracos, ou com maiores necessidades, nomeadamente devido ao seu estado fisiológico, como a prenhez ou a idade, usando todos os parques, boxes ou áreas disponíveis.

Para garantir a satisfação das necessidades alimentares de todo o efetivo providenciou-se a entrada de alimentos e suplementos alimentares de várias origens, nomeadamente da Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda. (GESBA), de onde chegaram subprodutos da cultura e comercialização da banana (6 camiões), erva e feno do Centro de Ovinicultura da Madeira (4 camiões de erva e 3 de feno), erva e resíduos das colheitas, como a rama da batata-doce de diversas explorações agrícolas e ainda, resultado da colaboração de outros serviços públicos, dentro e fora da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e de diversas autarquias que identificaram locais onde poderia ser cortada erva, com algum valor nutricional, foi possível colher, transportar e fornecer alimento aos animais deslocados para a EZM.

A alimentação e atenção prestada ao efetivo, durante feriados e fins de semana, foi assegurada por um funcionário da Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária. Para compensar a falta de pessoal, traduzido em 4 funcionários que asseguram o serviço 7 dias por semana, foi solicitada a colaboração da Direção de Serviços de Mercados Agroalimentares com o destacamento de mais 1 funcionário em permanência e outro, de forma pontual, que facilitaram a execução das tarefas que os criadores mostraram indisponibilidade para realizar. Saliente-se, no entanto, que alguns produtores, nomeadamente, com exploração localizada na zona dos Prazeres, deslocaram-se, semanalmente, à EZM, assegurando a limpeza das camas dos seus animais.

Com o início das primeiras chuvas, e apenas em meados de setembro, começaram a sair os primeiros animais, de uma forma muito lenta e gradual, processo que depois apenas no início de 2017.

Durante o tempo de permanência dos animais recolhidos, foram prestados todos os cuidados de manejo e saúde, nomeadamente tratamento de queimaduras e traumatismos, assistência aos partos, fornecimento de alimento e água de qualidade, limpeza das camas, identificação e registo de crias e substituição de brincos por perda dos mesmos.

A falta de recursos humanos e logísticos para tratar um total de 77 animais, alguns deles abrigados em boxes individuais, o que implica necessariamente mais mão-de-obra, resultou num apelo aos produtores, no sentido de colaborarem na limpeza das camas e no corte de erva para distribuição à manjedoura, com uma resposta inicialmente favorável por parte destes, mas que na prática veio a revelar-se infrutífera por parte da maioria, uma vez que, por um lado, alguns produtores responderam positivamente, participando em operações de limpeza e entregando “alimento composto” para fornecimento aos seus animais, mas por outro, houve criadores que nunca colaboraram com a Estação Zootécnica da Madeira.

Em 2016 registaram-se 2 mortes entre o efetivo acolhido e 1 abate de urgência entre os bovinos da EZM.

Atualmente, os obstáculos que se colocam à revitalização da EZM, são essencialmente materiais e resultam do estado de degradação a que chegaram as infraestruturas produtivas e sociais, impondo-se urgentemente uma intervenção de requalificação.

Por outro lado, a falta de determinadas máquinas e equipamentos, como as vedações, tornam a atividade muito dependente da mão-de-obra disponível que também é escassa para o plano de atividades que se pretende desenvolver. Mais uma vez, a regularização do processo produtivo, nomeadamente o seu licenciamento de acordo com a legislação em vigor, deve constituir um exemplo para outros operadores, estando condicionado pela recuperação de determinadas condições, nomeadamente de higiene e segurança no trabalho e proteção do ambiente, pelo que a falta de intervenção nestas áreas, poderá inviabilizar o projeto.

Perspetivas para 2017

Perspetiva-se uma melhoria das condições de funcionamento da EZM, nomeadamente através da realização de investimentos, quer na área agroflorestal, se a candidatura aos fundos comunitários, submetida em 2016 for aprovada, quer na vacaria e área social. A sua reabilitação, permitirá, como é objetivo da DSAV, alavancar a pecuária madeirense, criando um modelo de integração e sustentabilidade, focado na gestão dos recursos naturais e dos meios localmente disponíveis para criar valor.

Nesta perspetiva, interessa criar sinergias, solicitando a colaboração de diversas entidades que nos permitam reunir as condições de adoção e divulgação do sistema a implantar. Assim, foram já iniciados contactos para que num futuro próximo a EZM possa desenvolver um modelo de produção baseado no pastoreio racional ou holístico, com a introdução de novas espécies vegetais e florestais, assim como a implementação de uma rede de distribuição de água com o objetivo de aumentar a fertilidade de solos pobres e erosionados, aumentar a produtividade das pastagens, acelerar o processo natural de sucessão e instalação de formações vegetais e produzir carne de qualidade de baixo impacto ambiental.

A Estação Zootécnica da Madeira deve ainda constituir um polo de formação e educação ambiental, recebendo e sensibilizando a comunidade escolar para a necessidade de práticas ecológicas de produção de alimentos e para a importância dos sistemas mistos/agroflorestais na manutenção da paisagem e preservação dos recursos naturais como o solo, a água e a biodiversidade. Este centro de fomento pecuário funcionará como um sistema dinâmico de informação e de sensibilização, vocacionado para a receção de todas as pessoas interessadas nas temáticas ambientais, mas essencialmente dirigido aos alunos com a realização de projetos didático-pedagógicos de várias temáticas.

4.2 Centro de Ovinicultura da Madeira

Generalidades

Tendo sido originariamente uma exploração privada de criação de ovinos, insolvente, o Centro de Ovinicultura da Madeira (COM), situado no Pico do Eixo em Santana, com uma área total de cerca de 12 ha, dos quais 10 ha são de pasto, foi criado em 1976 tendo por objetivo estimular a produção animal no que respeita às espécies ovina e caprina.

A sua acção direccionava-se para a venda de reprodutores de boa qualidade, adaptados às características das explorações agropecuárias da Madeira, bem como para a colaboração com os criadores, fornecendo os elementos julgados necessários para a instalação de unidades produtivas de pequena e média dimensão.

Como actividade complementar, o COM dedicou-se à produção artesanal de queijo curado e queijo fresco, muito apreciados nos estabelecimentos de restauração da zona de Santana e pelo público em geral.

Neste centro zootécnico ensaiaram-se diversas raças de ovinos, nomeadamente a raça Montanhesa Austríaca, variedades branca e preta, a raça Merino Precoce Alemão, a raça Caraculo (Karakul) e posteriormente a raça Bordaleira da Serra da Estrela. No que se refere aos caprinos, o destaque vai para a raça Branca de Saanen, importada da Alemanha mas de origem israelita, isto para além do denominado Ovino Tradicional Madeirense.

Ao longo dos anos, diversos foram os estudos e projetos zootécnicos e veterinários desenvolvidos no COM e na sequência da grande procura de animais para criação, foi elaborado no início dos anos 2000 um plano para dotá-lo das estruturas necessárias ao aumento da produção de animais reprodutores, bem como à instalação de uma pequena fábrica de transformação do leite em queijo do tipo “serra”, aproveitando o “know how” existente, fruto dos ensinamentos de um casal da Serra da Estrela, que se deslocou à Madeira nos anos 60 do séc. XX.

A técnica foi ensinada a uma funcionária da então Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, que por sua vez passou esses ensinamentos às suas filhas, ambas funcionárias da atual DPVP.

Infelizmente, devido aos diversos constrangimentos financeiros existentes e à mudança de orientação política para a pecuária em geral e para a Direção Regional de Pecuária em particular, esse plano nunca se concretizou, verificando-se uma diminuição gradual na actividade do COM, com a consequente degradação das suas estruturas.

Em junho de 2014, o Governo Regional deu a conhecer publicamente que iria lançar concurso para conceder a exploração do COM a quem se mostrasse interessado, dando preferência a jovens do concelho de Santana, e chegou a anunciar, a 29 do mesmo mês, que este centro teria como destino a exploração privada de ovinos e caprinos, nomeadamente para a produção de queijo, o que também não se concretizou.

Mais recentemente, o atual Secretário Regional de Agricultura e Pescas, a quando da apresentação do Programa de Governo, a 20 de maio de 2015, afirmou que é pretensão deste revitalizar e melhorar a

rentabilidade e utilidade do Centro Ovinicultura de Santana e do Centro de Reprodução Animal do Porto Moniz.

Em dezembro de 2016, existiam no COM 68 ovinos, dos quais 17 machos e 51 fêmeas e 63 caprinos, dos quais 12 machos e 51 fêmeas. Em agosto, o produtor Manuel de Castro de Vasconcelos, no Porto Santo, cedeu à DSAV 50 caprinos, dos quais 7 machos e 43 fêmeas. Estes animais encontram-se no COM e destinam-se a engorda e posterior abate.

Em apoio à EZM, após os incêndios que deflagraram nas serras da Madeira, o COM cedeu palha para a alimentação quer dos animais residentes quer dos que aí foram alojados como medida de proteção ao gado que se encontrava a pastar em zonas afetadas pelos incêndios.

Existências e Movimentos

Meses	Saídas				Entradas			
	N.º de Ovinos		N.º de Caprinos		N.º de Ovinos		N.º de Caprinos	
	♂	♀	♂	♀	♂	♀	♂	♀
janeiro	0	0	0	0	0	0	0	0
fevereiro	1	1	1	0	0	0	0	0
março	2	3	2	0	0	0	0	0
abril	0	0	0	0	0	0	0	0
maio	12	0	12	0	0	0	0	0
junho	0	8	0	0	0	0	0	0
julho	0	0	0	2	0	0	0	0
agosto	0	0	0	0	0	0	7	43
setembro	0	0	0	0	0	0	0	0
outubro	0	1	0	0	0	0	0	0
novembro	0	0	0	0	0	0	0	0
dezembro	1	2	1	0	0	0	0	0
Total	16	15	16	2	0	0	7	43

Perspetivas para 2017

O futuro do COM está dependente de decisões Superiores. No entanto e até decisão contrária, prevê-se durante o ano de 2017 aumentar o efetivo, proporcionando a venda de pequenos ruminantes a preço de fomento. Será mantido o efetivo dos caprinos, provenientes da Ilha do Porto Santo, até decisão quanto ao destino dos mesmos, salvaguardando-se o bem-estar dos mesmos.

Embora também dependente de decisão superior, é intenção da DPVP voltar a receber a comunidade escolar e outras, de forma a sensibilizar a população para as questões relacionadas com o manejo e o bem-estar animal, promovendo o contacto com os animais.

5. Execução dos planos de controlo oficial relativos à produção e transformação dos géneros alimentícios, das respetivas matérias-primas, ingredientes e aditivos, dos materiais em contato com géneros alimentícios e dos subprodutos de origem animal e dos alimentos para animais

5.1 Plano de Controlo de Alimentos para Animais (PCAA)

Face aos objetivos estabelecidos, o CAA tem como objetivo garantir que as empresas do setor dos alimentos para animais, em todas as fases da produção, transformação e distribuição, funcionem de acordo com requisitos relevantes e devidamente harmonizados através das normas básicas da legislação alimentar, complementadas por legislação específica em matéria de alimentação animal, de forma a defender um elevado nível de proteção do consumidor em matéria de segurança e salubridade dos alimentos para animais e para consumo humano.

Permite-se ainda garantir o funcionamento normal do mercado, proteger os interesses dos utilizadores finais, para além de restabelecer a confiança dos consumidores para os produtos de origem animal. Este plano teve o seu início em 2000 e dá cumprimento às disposições comunitárias constantes da Diretiva n.º 95/53/CE do Conselho de 25 outubro, que fixa os princípios relativos à organização dos controlos oficiais no domínio da alimentação animal, transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 245/99 de 28 junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 247/2002 de 08 novembro. Desde 2008 integra o Plano Nacional de Controlo Plurianual Integrado (PNCPIU), previsto ao abrigo do REG. (CE) n.º 882/2004, do PE e do Conselho de 29 abril.

O PCAA visa as diversas atividades dos operadores das empresas do setor dos alimentos para animais, em todas as suas fases, desde a produção primária de alimentos para animais até à sua colocação no mercado, incluindo a alimentação de animais produtores de géneros alimentícios e a importação de alimentos para animais provenientes de países terceiros.

Na Região Autónoma da Madeira a execução do PCAA é da competência da Direção Regional da Agricultura através da DSAV/DPVP e a execução analítica é assegurada por laboratórios devidamente habilitados em função das suas áreas de competência.

No ano em apreço, o plano foi realizado na íntegra e dentro dos prazos. Apenas não foi colhida uma amostra na RAMA, pois não existia o tipo de ração pretendida (Bovinos Acabamento).

Neste momento ainda aguardamos a chegada dos resultados das amostra que foram enviadas para o laboratório da ASAE.

Amostras colhidas	Previsto		Executado		Obs.
	Ração	Água	Ração	Água	
Explorações Pecuárias					
Ruminantes – Bovinos/Acabamento	3	3	3	3	
Aves – Frangos Engorda	1	1	1	1	
Suínos – Engorda/Acabamento	3	3	3	3	
Aquiculturas	1	-	1	-	
Sub-total	8	7	8	7	
Fabricantes	Ração	-	Ração	-	
Ruminantes – Bovinos/Acabamento	1	-	0	-	
Aves – Frangos Engorda/Crescimento	1	-	1	-	
Suínos – Engorda/Acabamento	1	-	1	-	
Sub-total	3	-	2	-	
Produtores de Derivados e Subprodutos	Ração	-	Ração	-	
Outros (Sêmea de trigo)	1	-	1	-	
Sub-total	1	-	1	-	
Total	12	7	11	7	
			91,67%	100%	

5.2 Produção de leite com destino à transformação e consumo

2016	N.º de Produtores	Leite Vendido (Litros)	Leite Comprado (Litros)	
			REQUEJEMA	SANTOQUEIJO
Janeiro	39	111.502,10	14.085,00	97.417,10
Fevereiro	37	99.717,20	16.756,00	82.961,20
Março	36	116.124,50	18.347,00	97.777,50
Abril	33	110.167,50	19.987,00	90.180,50
Maiο	33	116.098,10	22.012,00	94.086,10
Junho	33	119.899,70	22.749,00	97.150,70
Julho	32	125.929,60	24.440,00	101.489,60
Agosto	31	121.177,50	22.560,00	98.617,50
Setembro	31	109.627,90	21.690,00	87.937,90
Outubro	29	115.361,50	22.550,00	92.811,50
Novembro	29	109.296,90	20.005,00	89.291,90
Dezembro	28	106.990,10	20.500,00	86.490,10
Total		1.361.892,60	245.681,00	1.116.211,60

As empresas que compram leite em natureza na RAM, destinado à transformação, nomeadamente ao fabrico de “Requeijão Madeirense” e queijo fresco, entre outros, são apenas duas, a REQUEJEMA e a SANTOQUEIJO.

Relativamente ao leite para consumo, o único distribuidor ao domicílio existente, vulgarmente designado por leiteiro, não exerceu a atividade durante o ano de 2016, tendo vindo a suspendê-la em novembro.

III. Ações Diversas

1. Controlos de Condicionalidade Animal

Espécies Controladas	Explorações Controladas	Atos Efetuados			
		Bem-estar animal	EET*	Hormonas	Segurança Alimentar
Bovinos	1	1	1	1	1
Ovinos	1	1	1	1	1
Suínos	1	1	1	1	1
Bovinos	1	1	1	1	1
Suínos	1	1	1	1	1
Galináceos					
Bovinos					
Suínos	1	1	1	1	1
Bovinos	1	1	1	1	1
Suínos	1	1	1	1	1
Ovinos	1	1	1	1	1
Bovinos	1	1	1	1	1
Bovinos	1	1	1	1	1
Suínos	1	1	1	1	1
Galináceos					
Bovinos					
Bovinos	1	1	1	1	1
Bovinos	1	1	1	1	1
Bovinos	1	1	1	1	1
Bovinos	1	1	1	1	1
Ovinos	1	1	1	1	1
Suínos	1	1	1	1	1
Suínos	1	1	1	1	1
Suínos	1	1	1	1	1
Galináceos					
Subtotal	19	19	19	19	19
Total	19	76			

*Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis

2. Feira do Gado do Porto Moniz

No dia 17 de Junho de 1955, realizou-se pela primeira vez a Feira de Gado e Concurso Pecuário do Porto Moniz, nos baldios da Santa, mais propriamente no lugar das Portas da Vila.

Essa feira foi organizada por iniciativa da Câmara Municipal do Porto Moniz, com o patrocínio da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal e com a colaboração da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários, da Junta dos Lacticínios da Madeira e do Grémio da Lavoura do Funchal e teve como objectivos principais, por um lado, estreitar o contacto dos técnicos com os criadores e, destes, uns com os outros, de modo a serem difundidas as boas práticas e ajustadas as condições da sua realização e, por outro, despertar entre os criadores um salutar espírito de emulação, de “sã inveja”, levando esses criadores a tentarem produzir melhor gado, através do “fomento”.

Lá estiveram presentes, em exposição, 192 cabeças de gado, das quais 114 vacas em produção leiteira, 10 vacas secas, 65 novilhas e 3 touros.

Esses animais foram previamente seleccionados por técnicos dos serviços veterinários oficiais, que os identificou, examinou e submeteu a provas que permitissem afirmar, com relativa segurança, que era bom o seu estado de saúde.

Entre 30 de junho e 3 de julho, decorreu a 61.ª edição dessa feira. A seleção dos animais da espécie bovina aí presentes decorreu no concelho do Porto Moniz e na freguesia da Ponta do Pargo, concelho da Calheta, nos dias 7 e 8 de Junho, por um júri de classificação constituído pelos técnicos superiores Dra. Rosalina Coelho (Presidente), o Dr. Pedro Delgado e o Dr. João Carlos Dória, tendo sido seleccionados 28 bovinos, pertencentes a 12 produtores.

Para além destes, marcaram presença as empresas GAMA & GAMA, ESMOITADA e BOVIMADEIRA, que apresentaram os seus animais, da espécie bovina, essencialmente vocacionados para a produção de carne. De igual modo, o evento contou com a presença do produtor de suínos CELESTINO DOS LEITÕES e do produtor de aves de capoeira FERNADES & GOMES.

Estiveram também em exposição outras espécies animais, designadamente caprinos, coelhos e aves exóticas. Para além disto, decorreram três demonstrações sobre educação canina, levadas a efeito pela PSP, pelo grupo K-9 e pelo Departamento Cinotécnico do Grupo Recreativo Cruzado Canicence/Mondioring Madeira.

Foram atribuídos prémios de presença aos expositores de animais e aos melhores exemplares. Foram de igual modo atribuídos vários prémios, distinguindo os produtores de carne dos produtores de leite. Realçamos, também, a atribuição de prémio aos novos produtores pecuários.

3. Controlos Subsequentes a Denúncias/Reclamações

Locais	Controlos Efetuados	Incidência dos Controlos	Resultado do Controlo		Observações
			Irregularidades de Bem-Estar	Irregularidades Documentais	
Exploração Pecuária	1	Suíno	Satisfatório	-	Processo arquivado
	1	Bovino	Satisfatório	Satisfatório	-
	1	Bovino	Satisfatório	Não Satisfatório	Gabinete Jurídico
	2	Bovino	Satisfatório	Não Satisfatório	Verificação do Palheiro
	1	Bovino	Satisfatório	Satisfatório	Satisfatório
Casa Particular	1	Canídeo	Não Satisfatório	Não Satisfatório	Autos de notícia n.º 3/4/5/2016
	1	Canídeo	-	-	Ainda por concluir. Não estava ninguém em casa.
	1	Canídeo	Não Satisfatório	Não Satisfatório	Autos de notícia n.º 6/7/8
	1	Canídeo	Satisfatório	Satisfatório	Não foi levantado Auto de notícia
	1	Canídeo	Satisfatório	Satisfatório	Satisfatório
	1	Canídeo	Satisfatório	Não Satisfatório	Autos de notícia n.º 20 e 23
	1	Canídeo	-	-	Autos de notícia n.º 21 Animal alegadamente falecido
	1	Canídeo	-	Não Satisfatório	Autos de notícia n.º 22
	2	Canídeo	Satisfatório	Não Satisfatório	Autos de notícia n.º 19
	1	Canídeo	Satisfatório	Satisfatório	Autos de notícia n.º 27
	1		Satisfatório	Não Satisfatório	Autos de notícia n.º 24/ 25/26
	1	Canídeo	-	Não Satisfatório	Processo ainda não concluído.
	1	Canídeo	-	-	-
	1	Canídeo	Não Satisfatório	-	-
	1	Canídeo	Satisfatório	Não Satisfatório	Cão perigoso
	1	Canídeo	Satisfatório	Satisfatório	-
1	Canídeo	Satisfatório	Satisfatório	Cão Perigoso	
1	Canídeo	-	-	O dono entregou o cão ao cuidado da GNR	
1	Canídeo	Satisfatório	Satisfatório	-	

4. Publicações no portal de Divulgação de Informação do Comércio Agroalimentar da Direção Regional de Agricultura (DICA)

Edição N.º	Data	Separador/Veterinária	Publicação
158	24-Fev	Diversos	A Medicina Veterinária na Madeira – de 1862 a 1974* (1.ª parte)*
159	02-Mar	Diversos	A Medicina Veterinária na Madeira – de 1862 a 1974* (2.ª parte)*
159	02-Mar	Diversos	O SIRA-RAM, o que é e como funciona*
160	10-Mar	Saúde Animal	A Raiva – Factos e Recomendações*
161	16-Mar	Diversos	A Declaração de Existências de Suínos**
165	13-Abr	Bem-Estar Animal	Identificação Animal – Generalidades*
166	20-Abr	Diversos	Identificação Animal – o Registo e Licenciamento de Cães e Gatos*
169	11-Mai	Diversos	O Veterinário no Infantário*
170	18-Mai	Saúde Animal	EDITAL - Febre Catarral Ovina (Língua Azul)**
170	18-Mai	Saúde Animal	NOTA INFORMATIVA - Dermatose Nodular Contagiosa (Lumpy Skin Disease)**
170	18-Mai	Saúde Animal	Identificação Eletrónica de Pequenos Ruminantes no Porto Santo***
172	01-Jun	Agenda	Feira de Gado do Porto Moniz - Concentrações de Gado**
174	15-Jun	Diversos	Cães perigosos e Raças Potencialmente Perigosas*
175	22-Jun	Diversos	Palestra sobre Medicamentos Manipulados para Animais de Companhia: O Medicamento Preparado “à medida” da espécie, peso e temperamento do seu animal de estimação***
176	29-Jun	Eventos	Feira de Gado do Porto Moniz – História*
176	29-Jun	Produção Animal	O que é o Fomento Pecuário?*
178	13-Jul	Saúde Animal	NOTA INFORMATIVA - Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky**
181	03-Ago	Diversos	A Declaração de Existências de Suínos**
182	11-Ago	Outros Temas/Diversos	Incêndios no Funchal - Recolha de Animais de Companhia**
182	11-Ago	Outros Temas/Diversos	A Direção Regional de Agricultura Colabora com Produtores de Gado Afetados pelos Incêndios**
188	21-Set	Veterinária/Diversos	Vitela nasce na Estação Zootécnica da Madeira (EZM) – Uma História com Final Feliz!***
189	28-Set	Saúde Animal	Orientação Técnica sobre Condicionalidade (RLG 12)**
190	05-Out	Saúde Animal	Orientação Técnica sobre Condicionalidade (RLG 13)**
192	19-Out	Veterinária/Produção Animal	Declaração de existências de Galinhas Poedeiras**
197	23-Nov	Veterinária/Diversos	Atendimento aos Produtores Pecuários Retornado no Centro de Banicultura do Lugar de Baixo**
197	23-Nov	Veterinária/Saúde	A Parvovirose Canina*
197	23-Nov	Genérico da página n.º 197	EDITAL - Febre Hemorrágica Viral**
198	30-Nov	Veterinária/Saúde	Aviso sobre o Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky**
198	30-Nov	Veterinária/Saúde	Febre Catarral Ovina ou Doença da Língua Azul**
199	07-Dez	Veterinária/Saúde Animal	Nota Informativa n.º 1/2016/PSA (Peste Suína Africana)**
200	14-Dez	Veterinária/Saúde Animal	Nota Informativa sobre a Gripe Aviária de Alta Patogenicidade (HPAI) do Subtipo H5N8**
201	21-Dez	Veterinária/Saúde Animal	Aviários de Frangos de Carne – Declaração da Superfície Utilizável**
202	28-Dez	Veterinária/Saúde Animal	Febre Catarral dos Ovinos (Língua Azul)**
202	28-Dez	Veterinária/Saúde Animal	Declaração de Existências de Ovinos e Caprinos – AVISO**

*Artigo de autor

**Edital/Aviso/Nota Informativa

***Notícia

IV. Recursos

1. Recursos Humanos

1.1 Pessoal afeto à DPVP

No ano em referência, a DPVP teve afetos aos seus serviços os colaboradores seguintes, alguns dos quais transitaram de ou para outros serviços:

Nome	Categoria Profissional	Formação académica	Obs.
Ana Sílvia dos Santos	Técnico Superior	Engenharia Zootécnica	Sede - Funchal
Florinda Rosa Coelho Perestrelo dos Santos	Técnico Superior	Medicina Veterinária	Sede - Funchal
João Carlos dos Santos de França Dória	Técnico Superior	Medicina Veterinária	Sede - Funchal
Maria Graça de F. C. da Silva Lemos Gomes	Técnico Superior	Medicina Veterinária	Sede - Funchal
Maria Paula Correia da Cruz e Silva	Técnico Superior	Medicina Veterinária	Sede - Funchal
Mariana Boaventura Vela de Ornelas Afonso	Técnico Superior	Medicina Veterinária	Sede - Funchal
Paulo Filipe Freitas Rodrigues	Técnico Superior	Engenharia Agronómica	Sede - Funchal
Pedro Manuel Fontes Teles de Sampaio	Técnico Superior	Engenharia Zootécnica	Sede - Funchal
Pedro Miguel Alves Delgado	Técnico Superior	Medicina Veterinária	Chefe de Divisão - Sede
Sílvia Cristina Sousa Silva	Técnico Superior	Engenharia de Pr. Animal	Sede - Funchal
Susana Fabíola C. Fernandes Cardadeiro	Técnico Superior	Engenharia Zootécnica	Sede - Funchal
Vítor Dionísio Gouveia de Castro	Técnico Superior	Medicina Veterinária	COM – Santana
António André Pestana	Coordenador Técnico	Geral	Sede - Funchal
Cidália Valéria Silva Gomes Gouveia	Coordenador Técnico	Geral	Sede - Funchal
João de Andrade	Coordenador Técnico	Geral	Sede - Funchal
Maria Graça Costa Figueira Jesus	Coordenador Técnico	Geral	Sede - Funchal
Maria Joana Jardim Brazão Rodrigues	Coordenador Técnico	Geral	EZM – Porto Moniz
Ana Maria Ribeiro Fernandes	Assistente Técnico	Geral	COM – Santana
Ana Paula da Silva Rodrigues Gomes	Assistente Técnico	Geral	Sede - Funchal
António Martinho Freitas Rodrigues	Assistente Técnico	Geral	DSDA – Santana
Clotilde Iolanda da Luz Gonçalves Faria	Assistente Técnico	Geral	Sede - Funchal
José António Nunes Nóbrega	Assistente Técnico	Geral	Sede - Funchal
Juvenal Jardim Brazão	Assistente Técnico	Geral	EZM – Porto Moniz
Lina Marta Mendonça Dionísio Reboló	Assistente Técnico	Geral	Sede - Funchal
Maria Teresa Jardim Farinha Brazão	Assistente Técnico	Geral	EZM – Porto Moniz
Sara Maria da Câmara Babau	Assistente Técnico	Ciências da Cultura	Sede - Funchal
Yolanda de Gouveia Pestana Nunes	Assistente Técnico	Geral	Sede - Funchal
Ana Maria Mendonça	Assistente Operacional	Geral	COM – Santana
António Evangelista Ferreira Delgado	Assistente Operacional	Geral	EZM – Porto Moniz
Cesário Caldeira Sousa	Assistente Operacional	Geral	EZM – Porto Moniz
Dionísio Marques Mendonça	Assistente Operacional	Geral	COM – Santana
Elda Azevedo Teixeira	Assistente Operacional	Geral	COM – Santana
Gabriel Isidro Rodrigues Gomes	Assistente Operacional	Geral	COM – Santana
José António Luís Ferreira	Assistente Operacional	Geral	COM – Santana
José António Martins Florença	Assistente Operacional	Geral	COM – Santana
José Silva Sousa	Assistente Operacional	Geral	Destacado no IDRAM
Manuel Jardim Rodrigues	Assistente Operacional	Geral	COM – Santana
Manuel Jesus Barreto	Assistente Operacional	Geral	EZM – Porto Moniz
Maria Cecília Ribeiro Fernandes	Assistente Operacional	Geral	COM – Santana
Maria Clemenciana Lima Ponte	Assistente Operacional	Geral	EZM – Porto Moniz
Maria José Sousa Ferraz Sousa	Assistente Operacional	Geral	EZM – Porto Moniz
Maria Paz Jardim Brazão	Assistente Operacional	Geral	DRA/DSMA
Maria Rodrigues Lucas Ponte	Assistente Operacional	Geral	COM – Santana
Mário Ornelas Leça	Assistente Operacional	Geral	COM – Santana

1.1 Organização dos serviços da DPVP

A nova orgânica das unidades orgânicas flexíveis da Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária, plasmada no Despacho n.º 156/2016, de 18 de abril, que entre outros assuntos consagra as competências e atribuições da DPVP, as quais se destacam pela sua diversidade e abrangência em áreas específicas, requereu uma nova organização e metodologia de trabalho.

Foi desde logo reconhecido que determinados colaboradores têm vindo a ter um papel fundamental no desempenho de algumas funções, não obstante a importância de todos eles. Importava, no entanto, atribuir a esses colaboradores determinadas responsabilidades de coordenação, de forma a maximizar-se os trabalhos, por um lado, e a agilizar alguns procedimentos, por outro. Tal responsabilização não determina o direito a qualquer compensação remuneratória complementar, devendo os “coordenadores” reportarem diretamente ao Chefe de Divisão de Proteção Veterinária e Pecuária.

Esta metodologia veio a merecer a concordância do Diretor de Serviços de Alimentação e Veterinária e do Diretor Regional de Agricultura, através de despacho exarado na nossa informação datada de 08 de julho de 2016, vindo o mesmo a reproduzir efeitos a partir de 31 de novembro desse ano.

Assim, foram atribuídas algumas funções de coordenação específica aos seguintes colaboradores:

Coordenadores	Coordenação
João Carlos dos Santos de França Dória	Assessor Principal do Chefe de Divisão / SIRA-RAM / CAMV
Rosalina Coelho	EZM/COM, na dependência direta do Diretor de Serviços
Pedro Manuel Fontes Teles de Sampaio	Licenciamentos REAP/NREAP, excepto Santana e Porto Santo
Susana Fabíola C. Fernandes Cardadeiro	Comunicação com o IFAP / IDigital
Vítor Dionísio Gouveia Castro	Licenciamentos REAP/NREAP em Santana*

* Estas funções foram desempenhadas até 18 de julho de 2016, data em que este técnico superior transitou para a Direção de Serviços de Desenvolvimento da Agricultura (DSDA).

De igual modo, foram atribuídas tarefas específicas de carácter administrativo às seguintes colaboradoras:

Coordenadores Técnicos	Tarefas
Cidália Valéria Silva Gomes Gouveia	Recolha e tratamento de dados / Apoio diverso
Maria Graça Costa Figueira Jesus	Despacho e distribuição de expediente / CORRESP
Clotilde Iolanda da Luz Gonçalves Faria	Arquivamento de expediente

2. Recursos Materiais

2.1 Viaturas ligeiras de passageiros

A DPVP não possui viaturas próprias, pelo que a partir de meados de 2016 o transporte do pessoal que executa os diversos serviços externos passou a ser antecipadamente requisitado à Gestão de Frota.

Deste modo, os serviços externos são, sempre que possível, programados na semana anterior à sua execução.

Conclusão

Para o próximo ano, a DPVP terá como principais objetivos continuar a desenvolver as atividades em curso, pois considera-se que o resultado final de 2016 foi bastante positivo.

Para além de manter o acompanhamento e execução dos vulgarmente designados “licenciamentos pecuários”, procurar-se-á que até o final de 2017 os processos relativos às “detenções caseiras” e às explorações da classe 3 estejam concluídos ou, pelo menos, que a sua conclusão não dependa destes Serviços.

Para além disto, acrescentam-se alguns novos objetivos, no âmbito e competências da DPVP:

- Desenvolver programas de sensibilização sobre o bem-estar animal na comunidade escolar;
- Desenvolver os Planos de Sanidade Animal, no que se refere à Tuberculose, Brucelose e Leucose Enzoótica Bovina;
- Promover a autorização de exercício e funcionamento (licenciamento) para todos os Centros de Atendimento Médico-Veterinário (CAMV) da RAM;
- Executar, com as devidas adaptações, ao Plano de Controlo dos CAMV, que decorre a nível nacional.